

A dívida dos Estados, de novo.

O caráter grotesco da sessão na qual os três representantes gaúchos conseguiram fazer o Senado Federal aprovar, por votação simbólica, a rolagem das dívidas dos governos do Rio Grande do Sul e de São Paulo confirma que não mudou a forma como, em geral, os dirigentes políticos brasileiros tratam a questão da dívida dos Estados.

Para dar aparência de normalidade à sessão até que houvesse número suficiente para realizá-la, os três senadores gaúchos revezaram-se na tribuna, na direção dos trabalhos e no plenário. Depois de muito malabarismo regimental, afinal conseguiram o que queriam. A autorização do Senado era indispensável para que o governo do Rio Grande do Sul pudesse emitir novos títulos para substituir outros, no total equivalente a US\$ 250 milhões, que estavam vencidos desde o início da semana. A pressa dos gaúchos acabou beneficiando o governo de São Paulo, que só tem títulos a vencer nos dias 15 de setembro e 15 de dezembro, no total de R\$ 2,21 bilhões.

Foi preciso que a corda começasse a apertar o pescoço do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e do Tesouro estadual, que tiveram de mobilizar recursos para honrar os títulos vencidos, para que se tratasse da formalidade legal, a autorização do Senado, necessária à rolagem da dívida gaúcha.

Mas a desídia com que o poder público trata a questão da dívida dos Estados não se resume ao descuido com formalidades, como ocorreu no caso gaúcho. É muito mais grave.

Há quatro anos, governadores ávidos da vitória de seus correligionários gastaram em obras de caráter eleitoreiro muito mais do que permitia a precária situação financeira dos Tesouros e acabaram envolvendo os bancos estaduais numa crise que, se não fosse solucionada pelo Banco Central, provocaria

quebra em massa dessas instituições, inclusive as maiores.

Montou-se, então, um programa de emergência que permitiu a esses bancos trocar os títulos emitidos pelos Tesouros estaduais — que tinham sido obrigados a comprar mas não conseguiam mais colocar no mercado, que os rejeitava — por papéis do próprio Banco Central, que estavam sendo normalmente aceitos pelos investidores. A contrapartida era a adoção, pelos bancos e pelos governos estaduais, de políticas de austeridade financeira, que inclusive reduzissem o alto nível de comprometimento das aplicações daqueles bancos nos governos que os controlam.

Outros acordos foram feitos pelo governo federal com os Estados, com o objetivo de resolver, de maneira duradoura, o problema das dívidas estaduais, o que implicaria alongar seu prazo de vencimento e, sobretudo, reduzir seu montante.

O que se observa é que o total dessas dívidas não diminuiu. Ao contrário. Entre 1990 e junho último, ele saltou de US\$ 8,7 bilhões para US\$ 17,01 bilhões. Cresceu mais de 100%, num período em que o compromisso dos governos estaduais era o de reduzi-lo.

Vai virando rotina, trágica rotina política e financeira, o fato de os novos governadores assumirem os cargos com o Tesouro vazio e os bancos estaduais virtualmente “quebrados”. A agonia do governo Fleury, retratada em reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** no domingo, mostra o que espera seu sucessor.

Se não se mudar a mentalidade dos nossos dirigentes políticos, uma nova rolagem será negociada já no início do próximo ano, para que os governos continuem a gastar como sempre fizeram, adiando, indefinidamente, a solução desse grave problema.